

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: VIVÊNCIAS E DESAFIOS

SANTOS, MYLENN CARVALHO DOS¹;

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – mylenna32carvalho@gmail.com 1

RODRIGUEZ, RITA DE CÁSSIA MOREM CÓSSIO²

² Universidade Federal de Pelotas - rita.cossio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo tem como objetivo refletir acerca da relevância da atuação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI na composição e trajetória da Universidade Federal de Pelotas pela perspectiva de minha vivência como bolsista do núcleo.

A escrita deste trabalho terá como base a experiência como bolsista do Programa de Tutorias acadêmicas, onde atuo desde maio de 2018 e, por meio da qual tive oportunidade de ter contato e ponderar a respeito de questões de acessibilidade e os desafios que a mesma se coloca no contexto universitário.

2. METODOLOGIA

Embora as Universidades Federais tenham se estabelecido no Brasil, tardiamente, no início da década de 1920, o debate acerca de acessibilidade nos espaços acadêmicos, e na sociedade como um todo, ganhou força somente na década de 1990 e, gradualmente, desenvolve mais sua trajetória de conquista de espaço (FERRARI; SEKKEL, 2007). A ascensão desse debate teve origem na adesão à Declaração Mundial de Educação para Todos, formulada na conferência mundial da UNESCO, realizada em 1990, que tinha como preceito principal a construção de um sistema educacional inclusivo (FERRARI; SEKKEL, 2007).

“Desde então, instalou-se um processo de profundas transformações no sistema educacional brasileiro, que teve, como desdobramento, mudanças na legislação e na elaboração de diretrizes nacionais para a educação, todas elas norteadas pela ideia da educação inclusiva.” (FERRARI; SEKKEL, 2007)

No âmbito da Universidade Federal de Pelotas, por determinação do Governo Federal, inaugura-se em agosto de 2008 o NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, porém considera-se que a acessibilidade e inclusão ganha força quando da aprovação pelo CONSUN em 2015, o Plano de Acessibilidade e Inclusão. Desde sua fundação, o NAI tem realizado políticas e ações com o objetivo de não só promover acessibilidade, mas concretizar a inclusão dos acadêmicos com deficiência e/ou com transtorno do espectro do autismo em todos os campos da universidade, onde por muitas vezes o assunto é desconhecido ou marginalizado.

A Portaria n.º 3.284 (BRASIL, 2003) é um instrumento legal de exigibilidade que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência e apresenta os critérios adotados nos

processos de autorização e de reconhecimento dos cursos, bem como credenciamento das IES. Tal medida teve incidência direta na ampliação do número de matrículas deste alunado no Ensino Superior, e entre os anos 2000 e 2010, pode-se observar um crescimento de 933,6% no número de matrículas (BRASIL, 2012).

O Programa de Tutorias Acadêmicas, criado em 2015, como projeto de ensino, do qual faço parte como bolsista, figura esse esforço realizado pelo NAI no processo de integração dos estudantes deficientes no meio acadêmico. Por meio dele, os estudantes bolsistas ou voluntários do projeto, numa relação de caráter sistemático, tem oportunidade de atuar diretamente com os acadêmicos amparados pelo NAI, no âmbito da tutoria, de forma a trabalhar de forma mais concreta a ideia de inclusão.

No exercício da tutoria, o tutor não somente oferece suporte e auxílio pedagógico para os tutorados, mas também funciona como uma “ponte” entre o NAI e os cursos, de maneira que se dinamize a relação entre esses dois pilares da vida acadêmicas dos estudantes assistidos pelo núcleo. Os tutores também são assistidos pelo NAI no que diz respeito à preparação para o exercício da tutoria, por meio de formações pedagógicas realizadas mensalmente e todo respaldo necessário para a realização de um bom trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro de minha breve experiência de pouco mais de um ano como bolsista do NAI, tive oportunidade e fui instigada a refletir e observar com um novo olhar todo o processo de inserção não só de pessoas deficientes no meio acadêmico, mas todos os grupos de minorias marginalizadas. Neste período, tutorei 4 acadêmicos de diferentes cursos e, dentre todas as adversidades e obstáculos que encontramos ao trabalhar com questões de acessibilidade e inclusão, a vivência das tutorias foi de grande impacto na minha vida acadêmica e pessoal.

Primeiramente, por meio da tutoria e contato com o NAI, pude perceber que a maior acessibilidade oferecida pela crescente de implementação de políticas sociais e de cotas universitárias nas últimas décadas, não garantem a inclusão e a permanência desses grupos dentro da universidade. E é nesse quesito que, para mim, o trabalho dos tutores junto ao NAI se mostra essencial, pois viabiliza a socialização desses grupos que carregam um grande histórico de isolamento e busca inseri-los de forma integral e efetiva, visando a autonomia dos mesmos.

Além disso, o programa me levou a repensar todo processo de aprendizagem, como diferentes metodologias se fazem necessárias não somente para pessoas com deficiência e o quanto uma escolarização enraizada somente em métodos “tradicionais” tende a se tornar excludente.

A experiência também me proporcionou o desenvolvimento de uma maior sensibilidade à acessibilidade no meu dia-a-dia, onde observo a estruturas dos ambientes sempre me questionando se os mesmos são de fácil ou difícil acesso para pessoas com diferentes deficiências.

Para além de minhas experiências pessoais, acredito que o NAI e o Programa de Tutorias exercem um papel fundamental no que diz respeito à propagação das

ideias de acessibilidade e inclusão. O programa é composto por estudantes dos mais variados grupos que difundem a agenda de inclusão e acessibilidade, mesmo que de forma informal, pois ao integrarem a equipe do NAI, essa temática passa a fazer parte do seu cotidiano e, por conseguinte, do cotidiano das pessoas que os cercam.

4. CONCLUSÕES

Os 11 anos de criação do NAI podem parecer pouco frente aos 50 de fundação UFPel, porém foram anos de muita luta e grandes conquistas, com o Programa de Tutorias, tendo o aporte de uma universidade preocupada com a pluralidade e permanência de seus estudantes. Acredito que núcleos como o NAI e as políticas de acessibilidade terão gradativamente mais espaço no cenário acadêmico como um todo, tendo em vista que o ensino superior está cada vez mais inclusivo e plural, e o debate acerca destas questões tem urgência em ser ampliado e aprimorado.

O trabalho junto ao NAI auxilia na formação de profissionais muito mais capacitados, estudantes que saem da UFPel com o acréscimo de conhecimento necessário para lidar com o diferente sem a comum estranheza ou indiferença com que se trata pessoas com deficiência e/ou com transtorno do espectro do autismo.

A despeito de todos esses fatores, infelizmente comemoraremos os 50 anos de UFPel e os 11 anos de NAI em um contexto bastante estarrecedor para a educação e, principalmente, para as políticas sociais e de acessibilidade, com a ascensão de figuras com um discurso que visa retroceder conquistas e isolar ainda mais minorias. Porém, o trabalho do NAI segue amparando esses grupos marginalizados aquém às adversidades impostas pelo contexto, buscando novas conquistas e inspirando positivamente os estudantes que integram seus projetos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRARI, Marian A. L. Dias; SEKKEL, Marie Claire. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio.** Psicologia ciência e profissão, v. 27, n.4, p.636-647, 2007.

THOMA, Adriana da Silva. **A inclusão no ensino superior: “–ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...”.** GT Educação Especial, n. 15. 29. Reunião Anual da Anped, Caxambu, MG, 15 a 18 de outubro de 2006. Disponível em: www.anped.org.br.

Portaria MEC –nº3.284/ 2003